

pt



União Europeia
Política Regional

info regio

| Nº 25 | Março de 2008 |

panorama



**Política regional,
desenvolvimento sustentável
e alterações climáticas**

Sumário

Política regional, *desenvolvimento sustentável* e *alterações climáticas*

Desenvolvimento sustentável e desenvolvimento regional – das alterações climáticas às medidas energéticas

As alterações climáticas – e os seus efeitos no modo de produção e de consumo – estão cada vez mais no centro da política de desenvolvimento sustentável.

Adaptação regional às alterações climáticas: um desafio para o ordenamento territorial europeu

É fundamental que os europeus criem medidas de adaptação oportunas, adequadas e economicamente viáveis para evitar ou atenuar o prejuízo que as alterações climáticas podem causar aos sistemas humanos e ecológicos.

Colaboração entre regiões no domínio do desenvolvimento sustentável

A rede de «Programas de Desenvolvimento Regional mais Ecológicos (GRDP)» concebeu produtos para ajudar os organismos públicos a valorizarem as questões ambientais no desenvolvimento local e regional.

FEDER em acção: Reino Unido, Áustria, Grécia e URBACT

No terreno: Polónia

Reportagem: A caminho de uma economia com menos emissões de carbono

O Leste de Inglaterra é uma das poucas regiões da Europa que poderá atingir as novas metas ambiciosas estabelecidas pela Comissão Europeia em termos de redução do carbono na UE.

No terreno: Ilhas Canárias (Espanha)

INTERREG em acção

3



7



10



13



14



16



20



21



Fotografias (páginas): Comissão Europeia (1, 3, 4, 5, 6, 15), LIFE projects (3, 4, 5, 6, 7, 8, 9), Mark Passmore (10, 11), South West Regional Office (12), Ecodyfi (13), Energieagentur Judenburg-Knittelfeld-Murau (13), ANATOLIKI S.A. (13), Commune Napoli (13), EEDA (16, 28, 29), Dong Energy A/S (17), Instituto Tecnológico de Canarias (20), ASECOR (21), Stadtreinigung Leipzig, Vital Signs project (21), GTK (21).

Capa: Projecto no rio Nestos: barragem de Thissavros destinada à irrigação e à produção de energia (em cooperação com a Bulgária), Drama, Grécia.
Outras contribuições: Pierre Ergo e Jean-Luc Janot.

Editor: Ana-Paula Laissy, Comissão Europeia, DG Política Regional.
Esta revista é impressa em papel reciclado em alemão, francês e inglês.

O caderno temático está disponível em 22 línguas da União Europeia no sítio Internet:
http://ec.europa.eu/regional_policy/index_en.htm

As opiniões expressas nesta publicação são pessoais e não reflectem necessariamente os pontos de vista da Comissão Europeia.

Desenvolvimento sustentável e desenvolvimento regional – das alterações climáticas às medidas energéticas

As alterações climáticas – e os seus efeitos no modo de produção e consumo – estão cada vez mais no centro da política de desenvolvimento sustentável. É, por isso, uma questão fundamental para o desenvolvimento regional, constituindo um desafio sem precedentes, mas também uma oportunidade para as regiões da Europa em termos da sua capacidade de inovar e criar novos empregos.



Ampla sistema fotovoltaico produz 530 MWh de energia solar em Blons, Áustria.

O «desenvolvimento sustentável», que implica um equilíbrio entre as preocupações económicas, sociais e ambientais, é desde há muito um objectivo fundamental da política europeia. No entanto, há outro importante desafio que lhe está a passar à frente: as alterações climáticas¹. Embora os processos que conduzem às alterações climáticas estejam associados a diversos factores (como o ar, a água, os solos e a biodiversidade) e a uma série de sectores (transportes e construção, indústria e agricultura), há um elemento essencial sempre presente – a energia. Esta energia depende fortemente dos combustíveis fósseis, que contribuem não só significativamente para o efeito de estufa, como também são

limitados em termos das reservas existentes. Isto significa que a UE está dependente de fornecimentos externos de energia e está exposta à volatilidade dos preços.

Faz por isso todo o sentido que a energia e as alterações climáticas tenham um lugar de destaque nos sete desafios indicados na Estratégia da UE para o Desenvolvimento Sustentável (EDS), adoptada pelo Conselho da União Europeia em 2006. Os seis outros desafios identificados na EDS são transportes sustentáveis, consumo e produção sustentáveis, conservação dos recursos naturais, saúde, inclusão social e demografia e pobreza no mundo.

(1) Livro da Verde da Comissão Europeia ao Conselho, ao Parlamento Europeu, ao Comité Económico e Social Europeu e ao Comité das Regiões – Adaptação às alterações climáticas na Europa – possibilidades de acção da UE (COM(2007) 354 final); e projecto PESETA – Impactos das alterações climáticas na Europa: <http://peseta.jrc.es/>

Primeiro relatório da Comissão sobre a Estratégia para o Desenvolvimento Sustentável

Em 22 de Outubro de 2007, a Comissão Europeia adoptou o seu primeiro relatório intercalar sobre a EDS². Embora os progressos na prática sejam modestos, a evolução das políticas europeias e nacionais é mais encorajadora, especialmente no domínio da energia e das alterações climáticas. A nova política integrada aprovada pelo Conselho em Março de 2007 faz parte das importantes medidas adoptadas a nível europeu. Quase todos os Estados-Membros adoptaram estratégias para combater as alterações climáticas.



Dia sem carros em Bruxelas, Bélgica.

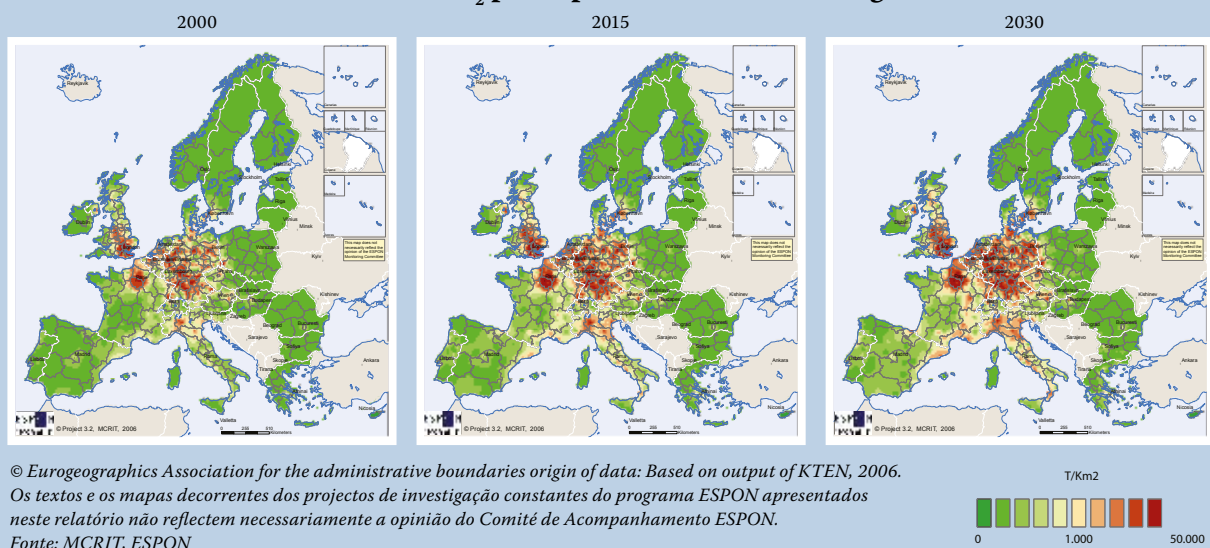
Ao contrário de outros sectores e apesar das melhorias a nível do desempenho dos veículos, as emissões de gases com efeito de estufa resultantes dos transportes continuam a aumentar paralelamente ao PIB. No domínio da produção sustentável, é difícil avaliar os resultados numa escala alargada. Embora seja cada vez maior o número de empresas que fornecem produtos e serviços sustentáveis e aumentem as iniciativas para incentivar as tecnologias e os rótulos ecológicos, ainda há um potencial significativo por explorar. No que se refere à questão dos recursos naturais, a situação é diversa e complexa, havendo alguns domínios verdadeiramente preocupantes, como a qualidade dos solos, a biodiversidade e os recursos marinhos.

A energia e as regiões: um estudo do Parlamento Europeu

Publicado em Junho de 2007, um estudo³ realizado sob a égide do Parlamento Europeu analisa o apoio concedido às energias sustentáveis e renováveis nos programas da política de coesão em 2000-2006, nos 15 Estados-Membros e nos projectos dos quadros de referência estratégicos nacionais (QREN) dos 27 Estados-Membros da UE para 2007-2013.

Durante o período 2000-2006, a despesa prevista para as energias sustentáveis e renováveis nos programas dos Fundos Estruturais representou cerca de 1 % da despesa total. Os QREN para o período de financiamento de 2007-2013 revelam um aumento significativo neste domínio. Foram atribuídos cerca de 15 mil milhões de euros para investimentos em energias renováveis, eficiência energética e transportes urbanos limpos. Comparado com o período anterior, este valor representa um montante cinco vezes maior no caso do Objectivo da Convergência e sete vezes maior no do Objectivo da Competitividade Regional e do Emprego.

Cenário tendencial: emissões de CO₂ por superfície devido ao tráfego rodoviário interurbano



(2) Comunicação da Comissão ao Conselho e ao Parlamento Europeu – Relatório intercalar sobre a Estratégia para o Desenvolvimento Sustentável 2007 [COM(2007) 642 final].

(3) Parlamento Europeu, Direcção-Geral das Políticas Internas da União: Utilização das energias sustentáveis e renováveis no contexto da política estrutural para 2007-2013 (Junho de 2007).



Central eléctrica de xisto betuminoso na Estónia.

O estudo do Parlamento Europeu apresenta 15 exemplos de boas práticas e formula três recomendações gerais: estabelecer um objectivo que possa ser atingido, uma abordagem mais estratégica em matéria de energias sustentáveis e renováveis e melhor gestão dos aspectos energéticos nas intervenções sectoriais.

Duas vezes 20 até 2020

Uma proposta de Directiva⁴ apresentada pela Comissão ao Conselho e ao Parlamento Europeu em 23 de Janeiro de 2008 visa incentivar os esforços para cumprir as metas em matéria de energia e de clima adoptadas pelo Conselho em Março de 2007. Atendendo às razões de ordem económica e

ecológica a favor das energias renováveis e à necessidade de reforçar o enquadramento legal de apoio, a Comissão propõe um ambicioso pacote de medidas que marca o início de uma «nova revolução industrial».

Estas medidas pretendem alcançar até 2020: uma redução de 20 % das emissões de gases com efeito de estufa em toda a UE em relação aos níveis de 1990 (30 % se se conseguir um consenso internacional); 20 % de energias renováveis no consumo de energia na UE até 2020 (comparado com 8,5 % actualmente); e utilização de 10 % de biocombustíveis nos transportes, sendo este combustível produzido de modo economicamente viável. Também é proposta uma melhoria do regime de comércio de licenças de emissão.

(4) Comunicação da Comissão ao Parlamento Europeu, ao Conselho, ao Comité Económico e Social Europeu e ao Comité das Regiões – Duas vezes 20 até 2020. As alterações climáticas, uma oportunidade para a Europa [COM(2008) 30 final].

Ambiente e desenvolvimento sustentável...

...nas orientações estratégicas comunitárias para 2007-2013

As orientações estratégicas comunitárias em matéria de coesão¹, adoptadas pelo Conselho, dão aos Estados-Membros e às regiões um conjunto de orientações com vista à «promoção de um desenvolvimento harmonioso, equilibrado e sustentável da Comunidade». Muitas dessas orientações, resumidas a seguir, têm a ver com o ambiente.

Orientação 1.1.: «Tornar a Europa e as suas regiões espaços mais atractivos para investir e para trabalhar». Isto implica desenvolver as infra-estruturas de transportes (1.1.1.) e ao mesmo tempo melhorar o desempenho ambiental dos modos de transporte e a sua distribuição equilibrada, em conformidade com o Livro Branco sobre a política de transportes.

Reforçar as sinergias entre a protecção ambiental e o crescimento (1.1.2.) implica dar prioridade ao combate à poluição na sua origem, designadamente em termos de resíduos. O Conselho apela ao seguinte:

- importantes investimentos em infra-estruturas, a fim de cumprir a legislação europeia em matéria de ambiente e os compromissos de Quioto;
- reabilitação do ambiente físico e do património;
- criação de condições atractivas para as empresas;
- adopção de medidas de prevenção de riscos através de uma melhor gestão dos recursos naturais;
- investigação mais específica;
- melhor utilização das TIC;
- gestão pública mais inovadora.

Tendo em vista uma utilização menos intensiva das fontes de energia tradicionais (1.1.3.), as acções propostas são as seguintes:

- apoiar projectos para melhorar o rendimento energético e modelos de desenvolvimento de baixa intensidade energética;
- promover as energias renováveis e tecnologias alternativas;
- concentrar os investimentos nas fontes de energia tradicionais no desenvolvimento de redes, quando for notório que existe uma deficiência do mercado.

Orientação 1.2.: «Melhorar os conhecimentos e a inovação em prol do crescimento». Para facilitar a inovação e o espírito empresarial (1.2.3), os Estados-Membros são convidados a aproveitar os pontos fortes da UE no domínio das eco-inovações e a promover a introdução de sistemas de gestão ambiental.

...nos quadros de referência estratégicos nacionais e nos programas operacionais

As orientações estratégicas em matéria de coesão para 2007-2013 foram usadas para elaborar os 27 «Quadros de referência estratégicos nacionais» (QREN) aprovados pela Comissão. Os QREN são a base dos 434 programas operacionais, praticamente todos já adoptados.

Globalmente, estes documentos reflectem o empenhamento dos Estados-Membros na protecção do ambiente e na prevenção de riscos, com um investimento total de 51 mil milhões de euros. No âmbito dos novos programas para 2007-2013, a ajuda concedida pela política de coesão para as energias sustentáveis e renováveis e para transportes urbanos limpos ascende a 15,2 mil milhões de euros.

...na iniciativa «As regiões e a mudança económica»

Esta iniciativa foi lançada pela Comissão para facilitar a aplicação das orientações estratégicas através da cooperação inter-regional e da rede de desenvolvimento urbano Urbact. Foram atribuídos 327 milhões de euros a esta iniciativa, que abrange 30 temas prioritários, dos quais doze centrados no ambiente.

...nos regulamentos dos Fundos Estruturais e do Fundo de Coesão

Os novos regulamentos dos Fundos Estruturais e do Fundo de Coesão dão maior ênfase aos aspectos ambientais do desenvolvimento sustentável. O **regulamento geral** menciona esses aspectos na definição dos objectivos e das missões dos fundos (artigo 3.º), enquanto o artigo 17.º insere a acção dos fundos inteiramente no quadro do desenvolvimento sustentável e no objectivo de proteger e melhorar o ambiente.

O regulamento do **Fundo Europeu de Desenvolvimento Regional** (FEDER) estabelece as medidas ambientais previstas em todos os domínios para cada um dos novos objectivos prioritários: convergência (artigo 4.º), competitividade regional e emprego (artigo 5.º) e cooperação territorial europeia (artigo 6.º).

O artigo 1.º do regulamento do **Fundo de Coesão** reafirma que o fundo foi criado com o objectivo de contribuir para o reforço da coesão económica e social numa perspectiva de desenvolvimento sustentável, enquanto o artigo 2.º salienta a nova focalização do fundo no desenvolvimento sustentável, assumindo ao mesmo tempo a elegibilidade de domínios como «a eficiência energética e as energias renováveis».



A protecção dos ecossistemas é um assunto que diz respeito a todos.

(1) Decisão do Conselho de 6 de Outubro de 2006 relativa às orientações estratégicas comunitárias em matéria de coesão (2006/702/CE).

Adaptação regional às alterações climáticas: um desafio para o ordenamento territorial europeu

Por Ronan Uhel e Stéphane Isoard¹

É fundamental que os europeus criem medidas de adaptação oportunas, adequadas e economicamente viáveis para evitar ou atenuar o prejuízo que as alterações climáticas podem causar aos sistemas humanos e ecológicos.



As inundações são os primeiros efeitos visíveis das alterações climáticas.

Os efeitos mais graves das alterações climáticas podem não atingir a Europa neste ou no próximo ano. Mas não nos podemos permitir ser tolerantes. Os dramáticos fogos de floresta na Grécia e as inundações no Reino Unido que ocorreram no ano passado mostraram mais uma vez o poder devastador dos elementos para a saúde humana e os ecossistemas, bem como os seus efeitos socioeconómicos. Embora os efeitos das alterações climáticas sejam diferentes em toda a Europa, avaliações recentes do Painel Intergovernamental sobre as Alterações Climáticas (PIAC) indicaram que a frequência e intensidade de fenómenos extremos relacionados com o clima irão aumentar no futuro devido ao aquecimento global. Mesmo que as emissões de gases com efeito de estufa acabassem hoje, essas alterações continuariam durante muitas décadas e no caso da subida do nível das águas do mar, durante séculos; projecções para 2100 sugerem que as temperaturas na Europa subirão entre 2° e 6 °C acima dos níveis de 1990.

Necessidade de adaptação: uma questão regional e territorial

As regiões mais vulneráveis às alterações climáticas são o sudeste da Europa, a zona do Mediterrâneo e a Europa Central. Por outro lado, as regiões do norte e algumas regiões ocidentais da Europa podem ter alguns efeitos benéficos, especialmente no domínio da agricultura, embora por um período de tempo limitado. As alterações climáticas podem resultar no aumento de rendimento das florestas comerciais no norte da Europa, enquanto nas regiões do Mediterrâneo e na Europa continental é uma diminuição que se prevê, devido às secas mais frequentes. Além disso, é provável o aumento do risco de incêndios na Europa meridional. As regiões montanhosas, como os Alpes, são particularmente vulneráveis às alterações climáticas e já estão com aumentos de temperatura superiores à média, enquanto a fusão dos glaciares e dos gelos perpétuos podem causar uma vaga de catástrofes naturais, a

(1) Ronan Uhel é Chefe de Análise Territorial e Stéphane Isoard é gestor de projectos de Adaptação às Alterações Climáticas e Perspectivas na AEA. Agência Europeia do Ambiente, Kongens Nytorv 6, 1050 Copenhaga K, Dinamarca. www.eea.europa.eu

erosão dos solos e inundações. A Áustria já está a proceder a uma avaliação destes riscos e dos seus efeitos adversos para o turismo de Inverno, calculando a sua vulnerabilidade aos efeitos das alterações climáticas, e a delinear eventuais acções para se adaptar em devido tempo e minimizar os custos para a sociedade. As alterações climáticas podem ter efeitos profundos nas zonas costeiras devido à subida do nível das águas do mar e às alterações na frequência e/ou intensidade das tempestades. Os Países Baixos, juntamente com diversos intervenientes de diferentes sectores, estão a desenvolver planos para diminuir os riscos das inundações costeiras e fluviais. Os *habitats* e ecossistemas costeiros dos mares Báltico, Mediterrâneo e Negro, em especial, estão numa situação de elevado risco, com perdas consideráveis de zonas húmidas.

É por isso essencial que os europeus reconheçam esta situação e criem medidas de adaptação oportunas, adequadas e economicamente viáveis para evitar ou atenuar o prejuízo potencial destes fenómenos para os sistemas humanos e ecológicos. A redução da vulnerabilidade e o aumento da resistência é uma prioridade urgente e comum para todos os países, regiões, empresas e intervenientes da União Europeia.



A pelagem da raposa ártica já foi afectada pelas alterações climáticas.

as questões fundamentais, como por exemplo se a falta de água numa região se deve à fraca precipitação ou a uma gestão deficiente.

Os custos económicos dos efeitos das alterações climáticas (ou seja, os custos da inércia) ajudam cada vez mais a informar o debate político. Isto é essencial para desenvolver respostas de adaptação adequadas como meio de atenuar os danos ou de conceber as oportunidades associadas às alterações climáticas. Os custos económicos proporcionam uma bitola comum para avaliar e controlar os diversos sectores e pode ajudar a identificar as principais áreas de inquietação. É igualmente necessário que as políticas de adaptação nacionais e europeias tenham uma perspectiva económica, a fim de completar o nosso conhecimento sobre os efeitos das alterações climáticas. Na verdade, existe muito pouca informação quantificada sobre os custos de adaptação, sendo necessário com urgência mais trabalho para construir a base de evidência que facilite uma adaptação informada, com uma boa relação custo-eficácia e proporcionada na Europa.



A aviação é uma das fontes de poluição e de emissões de CO₂ em crescimento mais rápido.

Lacunas de informação e de conhecimento

Os decisores políticos e o público precisam de informação e um desafio importante consistirá em continuar a desenvolver o conhecimento científico das alterações climáticas e dos seus efeitos à escala regional, para que se possam conceber e utilizar as melhores opções de adaptação possíveis. Actualment nem sequer sabemos o suficiente para implementar acções estratégicas e coordenadas a nível da UE ou dos Estados-Membros, quanto mais a nível regional e local.

Melhorar a nossa base de conhecimentos constitui a prioridade principal. Alguns países estão a elaborar ou concluíram avaliações nacionais de vulnerabilidade e/ou planos de adaptação nacionais (por exemplo, Dinamarca, Finlândia, França, Portugal, Espanha, Suécia, Países Baixos e Reino Unido). Contudo, é preciso realizar mais avaliações de vulnerabilidade e da capacidade de adaptação nos principais sectores económicos e temas ambientais e utilizar instrumentos analíticos apropriados à problemática em questão, como o ordenamento territorial. São necessários mais estudos idóneos e mais análises coordenadas para construir séries de dados de base e modelos, por exemplo uma simulação retrospectiva regional do clima europeu para associar modelos hidrológicos aperfeiçoados às alterações climáticas. Só assim é que podemos colocar

As boas práticas das acções iniciais de adaptação, especialmente as que lidam com os actuais fenómenos climáticos extremos, devem ser documentadas e partilhadas. A Agência Europeia do Ambiente (AEA) criou uma base de dados a partir das acções dos Estados-Membros no sector da água, mas precisa de ser actualizada regularmente pelas organizações nacionais relevantes e alargada aos novos Estados-Membros e a outros sectores. Outros instrumentos internacionais disponibilizam igualmente informações de grande valor. Por exemplo, a Convenção-Quadro das Nações Unidas sobre Alterações Climáticas e o PIAC incluem muitos dados sobre vulnerabilidade e adaptação, mas o acesso a estas informações tem de ser mais facilitado.

Os resultados de programas de investigação muitas vezes não foram totalmente partilhados com os decisores políticos e outros intervenientes de forma compreensível. Há alguns bons exemplos, como os projectos ESPACE (Ordenamento do Território Europeu: adaptação aos fenómenos climáticos) e BRANCH (Biodiversidade e adaptação no noroeste da Europa face às alterações climáticas), no quadro do programa comunitário INTERREG, mas sobretudo existe a necessidade urgente de projectos que possam ajudar a assegurar a orientação política e os instrumentos adequados e que contribuirão para desenvolver redes transnacionais e subnacionais eficazes.

Contexto político e perspectivas

O Livro Verde da Comissão Europeia sobre a adaptação (2007)² fornece o quadro em que têm de ser coordenados os esforços. Os processos de consulta devem ser «trabalhados» para assegurar que a Europa possui uma abordagem integrada nos seus diversos mecanismos directos de financiamento (por exemplo, os instrumentos agrícolas, de coesão, de solidariedade e LIFE+), bem como na sua legislação vigente e nas novas respostas políticas. O Livro Verde sobre a adaptação lançou o processo político da adaptação da UE que será apoiado e desenvolvido por um Grupo Consultivo Europeu sobre Adaptação, e da preparação do Livro Branco sobre a adaptação a publicar no final de 2008. Além disso, outras políticas sectoriais, como a Directiva Inundações (posição comum do Conselho e do Parlamento Europeu em 2007) e a Comunicação sobre a escassez de água e as secas adoptada pela Comissão Europeia (Julho de 2007) fornecem um enquadramento político muito útil e complementar que aborda directamente os efeitos das alterações climáticas. Também está em preparação uma Comunicação sobre as consequências das alterações climáticas na saúde humana.

Numa perspectiva de desenvolvimento territorial e regional, cada vez se dá mais atenção à adaptação às alterações climáticas. Na Conferência Ministerial realizada em Leipzig, em Maio de 2007, os ministros responsáveis pelo desenvolvimento territorial nos Estados-Membros da UE chegaram a acordo sobre uma «Agenda Territorial da União Europeia» e em Novembro de 2007 sobre um «Plano de Acção relativo à Coesão Territorial», em que a adaptação às alterações climáticas é uma questão fundamental. Neste contexto, a Comissão Europeia está a preparar um Livro Verde sobre a Coesão Territorial para 2008. Outras políticas relacionadas com a dimensão territorial são a Directiva Estratégia Marinha e o Livro Azul sobre uma Política Marítima, bem como a Directiva Inspire, sobre a prestação de informação geográfica ambiental.

Tendo em conta estes desenvolvimentos, a União Europeia tem de adaptar as suas estruturas de governação para lidar com a natureza transversal da adaptação. Se não o fizer prejudicará todo o esforço da adaptação. Isto foi claramente demonstrado pelo projecto ESPACE, que fornece orientações de adaptação concretas para os decisores políticos que se ocupam da gestão dos efeitos das alterações climáticas no ordenamento territorial da gestão da água. O projecto inclui tornar a adaptação às alterações climáticas um objectivo essencial do ordenamento do território, que olhe para além do período de vida do planeamento normal para compreender os riscos climáticos e promover «campeões da adaptação climática».

Este tipo de projectos deve ser alargado a outras regiões importantes e à problemática da adaptação, por exemplo as questões da seca e da escassez de água nas regiões do sul e do Mediterrâneo. Um primeiro passo consiste em desenvolver e implementar as acções relacionadas com as alterações climáticas nas estratégias e políticas existentes. Por exemplo, para melhorar o acesso e a qualidade da água e reduzir os efeitos das inundações, um elemento básico é a Directiva-Quadro relativa à água, com a sua abordagem gradual e cíclica. É importante que os Estados-Membros da UE tenham começado a discutir como assegurar que as alterações climáticas são integradas nos planos de gestão das bacias fluviais já a partir do primeiro ciclo, que tem início em

2009. Há ligações importantes a fazer com o ordenamento territorial, uma vez que é preciso um forte empenhamento dos intervenientes para que a adaptação seja aceite e tenha êxito. Entre os principais intervenientes contam-se autoridades regionais e locais, empresas e cidadãos. Os responsáveis pelo ordenamento territorial, em especial, devem trabalhar no âmbito dos enquadramentos correspondentes, para assegurar que as alterações climáticas são consideradas, uma vez que lidam com muitas escalas de planeamento e podem integrar e dirigir a avaliação da capacidade de adaptação.

O desenvolvimento e a implementação de medidas de adaptação é uma questão relativamente nova. A grande variedade de efeitos das alterações climáticas no ambiente natural e artificial de todos os sectores e regiões não está suficientemente integrado nos desenvolvimentos de outras áreas sectoriais (por exemplo, gestão dos solos e ecossistemas). Estas interações têm de ser estabelecidas em prol de uma resposta política eficiente e integrada, que assente em especial em cenários climáticos melhorados a nível regional, num conhecimento avançado de «boas práticas»



O desenvolvimento e a execução de medidas de adaptação é uma questão relativamente nova.

através da partilha de informações, na participação tanto do sector público como do privado e na garantia de coerência das medidas de adaptação com outros objectivos políticos. Precisamos de agir já e em conjunto na Europa em matéria de adaptação de forma semelhante ao que está a acontecer com a atenuação. As nossas acções devem ser sustentáveis, coerentes e integradas com as estratégias de atenuação. Todos os níveis da nossa sociedade estão envolvidos e são necessários novos enquadramentos para assegurar o seu empenhamento e resultados.

Para quaisquer perguntas:
information.centre@eea.europa.eu

(2) Livro Verde da Comissão Europeia ao Conselho, ao Parlamento Europeu, ao Comité Económico e Social Europeu e ao Comité das Regiões – Adaptação às alterações climáticas na Europa – possibilidades de acção da UE [COM(2007) 354].

Colaboração entre regiões no domínio do desenvolvimento sustentável

Por Flora Dewar e Julie Verré ¹

A rede de «Programas de Desenvolvimento Regional mais Ecológicos» (GRDP – *Greening Regional Development Programmes*) concebeu produtos para ajudar os organismos públicos a valorizarem as questões ambientais no desenvolvimento local e regional.



Participantes num seminário em Exeter, Inglaterra, em 2006.

Todos os anos se gastam centenas de milhares de milhões de euros no desenvolvimento das regiões europeias. Este dinheiro oferece um enorme potencial para desenvolver as regiões de modo que proteja ou melhore o ambiente, mas muitas autoridades ainda têm dificuldades nisso.

Para libertar este potencial foi criada em 2004 a rede de «Programas de desenvolvimento regional mais Ecológicos (GRDP)». Os parceiros do GRDP querem promover programas regionais mais eficazes, que produzam resultados sustentáveis para as populações locais.

A parceria GRDP trabalhou durante 3 anos no desenvolvimento de produtos para ajudar os organismos públicos europeus a valorizarem as questões ambientais, juntamente com os objectivos económicos e sociais mais

tradicionais na ronda de programas de desenvolvimento apoiados pela UE em 2007-2013.

Origem do projecto GRDP

O projecto GRDP era uma rede à escala europeia financiada pelo programa Interreg IIIC da UE. Nasceu das discussões entre um grupo de parceiros de Itália, Áustria, Espanha, Malta, Inglaterra e País de Gales, que debatiam as respectivas experiências de integração do ambiente nos programas regionais apoiados pelos Fundos Estruturais da UE.

Embora as normas da UE que regem o recurso aos Fundos Estruturais determinem que o ambiente e o

(1) Respectivamente responsável pelas Relações Externas e gestor do projecto GRDP. Agência do Ambiente da Inglaterra e País de Gales, Manley House, Kestrel Way, Sowton Industrial Estate, Exeter EX2 7LQ, RU. www.envisionsw.org

desenvolvimento sustentável devem estar no centro dos programas de desenvolvimento, muitas regiões têm dificuldade em concretizar esta ideia. O projecto GRDP foi concebido para ajudar essas regiões.

O projecto reuniu trinta e nove parceiros, resultando numa parceria muito diversificada. Entre os parceiros contavam-se autoridades locais, regionais e nacionais, autoridades ambientais, agências de desenvolvimento e institutos de investigação de oito Estados-Membros da UE. O projecto baseou-se na ideia de que os parceiros queriam aprender uns com os outros e desenvolver uma abordagem europeia comum para integrar o ambiente nos programas de desenvolvimento regional.

Por integração ambiental entende-se considerar o ambiente como uma componente igual às questões sociais e económicas em todas as fases de desenvolvimento e execução de um programa regional. Para atingir este objectivo, a parceria estabeleceu ligações fortes com as principais instituições e redes da UE, como a Rede Europeia de Autoridades Ambientais.

Resultados do GRDP

No início do projecto foi realizada uma auditoria nas regiões parceiras para identificar boas práticas e soluções concretas para integrar o ambiente nos programas de desenvolvimento regional. A auditoria também identificou estudos de casos que descrevem como o ambiente foi integrado com êxito nos Fundos Estruturais e outros programas de desenvolvimento. A partir daqui os parceiros GRDP definiram quatro temas de trabalho e realizaram quatro seminários técnicos. Na sequência destes seminários foram editadas publicações sobre vários temas ligados à integração ambiental.

Em 2006, o projecto GRDP elaborou um guia que teve um excelente acolhimento em toda a União Europeia: Manual de Avaliação Ambiental Estratégica (AAE) para a Política de Coesão 2007-2013 (*ver caixa 1*).

Carta e conjunto de instrumentos

As últimas publicações resumem os principais resultados do GRDP: a Carta GRDP e o conjunto de instrumentos intitulado «Ir mais além: como as regiões podem ajudar a construir uma Europa sustentável».

A Carta GRDP destina-se a todas as organizações públicas europeias. Trata-se de uma recolha concisa dos princípios mais importantes sobre os aspectos essenciais da integração do ambiente nos programas de desenvolvimento regional. Ao assinarem a Carta, essas organizações comprometem-se a «trabalhar no sentido de realizar programas de desenvolvimento regional sustentáveis, cooperar e apoiar projectos ecológicos».

O conjunto de instrumentos GRDP, completo com um CD-ROM de estudos de casos, destina-se a dar assistência a organismos do sector público para integrarem as questões ecológicas e o ambiente no desenvolvimento regional. Fornece uma colecção de fichas, orientações e boas práticas sobre temas fundamentais para a integração ambiental. Estas orientações, disponíveis em sete línguas, dão sugestões práticas sobre como conseguir maior eficiência e poupança de custos através de programas e projectos mais ecológicos. Foram organizados seminários de divulgação em toda a Europa centrados nos principais instrumentos deste conjunto: «O ambiente como motor económico», «Avaliação Ambiental Estratégica», «As parcerias como instrumento de programas ecológicos de desenvolvimento regional» e «Como ecologizar os projectos».

Manual de Avaliação Ambiental Estratégica para a Política de Coesão

O «Manual de Avaliação Ambiental Estratégica (AAE) para a Política de Coesão 2007-2013» fornece informações, recursos e orientações em matéria de procedimentos para pessoas que precisam deles a fim de elaborar documentos de programação da AEA para a Política de Coesão. Foi introduzido no sítio *web* da DG Política Regional da UE entre os documentos de orientação da Comissão Europeia para ajudar todas as pessoas que participam na execução de acções estruturais europeias. Este manual pode ser utilizado em larga escala graças aos parceiros que o traduziram para lituano, grego, italiano, português, polaco e romeno. Muitas autoridades de diferentes Estados-Membros também recorreram à metodologia AAE do GRDP na elaboração dos novos programas operacionais para 2007-2013. Na Grécia, por exemplo, esta metodologia foi usada com êxito para realizar três AAE em diferentes regiões.

O manual encontra-se disponível em linha no seguinte endereço:
http://ec.europa.eu/regional_policy/sources/docoffic/working/doc/sea_handbook_final_foreword.pdf



10 dicas para tornar as regiões mais ecológicas com o conjunto de instrumentos do GRDP

- 1) Garanta a presença dos objectivos ambientais em todas as prioridades e medidas dos programas e a sua consideração em todas as fases de um programa.
- 2) Admita que os projectos ecológicos podem poupar dinheiro, criar oportunidades sociais e económicas e incentivar a inovação.
- 3) Pondere uma abordagem mais sustentável para os programas de desenvolvimento agrícola e rural.
- 4) Pense em adoptar uma gestão urbana integrada para as nossas cidades e aceite a regeneração ambiental como motor de uma economia local sustentável.
- 5) Reconheça que a AAE reforça o planeamento do desenvolvimento regional e conduz a uma abordagem mais sustentável do desenvolvimento.
- 6) Apoie o trabalho em parceria na formulação de políticas, na concepção de programas e na execução de projectos como um instrumento essencial para o sucesso de um programa.
- 7) Promova o envolvimento de parceiros ambientais, incluindo autoridades ambientais, ONG e outros.
- 8) Admita a utilização de redes para reforçar a capacidade das instituições de desenvolverem estratégias, políticas, planos e programas a nível europeu, nacional e multirregional.
- 9) Esforce-se por integrar os aspectos ambientais na concepção, execução e controlo de todos os projectos.
- 10) Promova e divulgue em larga escala informações sobre projectos bem sucedidos do ponto de vista ambiental para incentivar a motivação e o empenhamento de futuros candidatos e beneficiários de projectos.



Vantagens de colaborar com outras regiões europeias

O êxito do projecto INTERREG IIC deveu-se à forte parceria a nível da UE e ao apoio dedicado da equipa internacional do projecto situada em Exeter, na Agência para o Ambiente da Inglaterra e País de Gales. A variedade e o número de parceiros permitiu que o projecto beneficiasse das melhores práticas na UE e constituiu uma oportunidade para discutir problemas comuns. Além disso, «deu mais peso» às mensagens políticas. A parceria conseguiu exercer influência a nível estratégico e fomentar uma maior sensibilização para a necessidade da integração do ambiente nos programas.

Os produtos e as actividades do projecto ajudaram alguns parceiros a ganhar credibilidade e reconhecimento para o seu trabalho no domínio da ecologização do desenvolvimento regional.

Graças à disponibilização oportuna dos documentos e à rede GRDP, os parceiros e as autoridades estão a influenciar programas de desenvolvimento regional, numa altura em que é dada muito mais atenção ao ambiente, em especial através do debate sobre as alterações climáticas.

Para mais informações e para descarregar o Manual e o conjunto de instrumentos do GRDP e estudos de casos:
www.grdp.org

REINO UNIDO

Energia renovável baseada na comunidade no vale de Dyfi, País de Gales**Custo total:** 675 000 euros**Contribuição da UE:** 227 000 euros

«Numa altura em que aumenta a resistência a grandes parques eólicos de natureza comercial na região central do País de Gales, este projecto visa ajudar a população local a criar um sistema de pequenas instalações de energia renovável de que são proprietários. Espera-se assim melhorar o conhecimento e o apoio às energias renováveis, tirando o máximo benefício a nível local. Com o apoio do Conselho Distrital de Powys, da Assembleia Governativa de Gales e da empresa Dulas Ltd, foram financiadas 16 instalações com subvenções e tempo de desenvolvimento de empresa, incluindo um equipamento hídrico de 100 kW propriedade de um agricultor de montanha. Foi criada a cooperativa “Bro Dyfi Community Renewables”, que instalou a sua primeira turbina eólica, de 75 kW, seguida de outra de 500 kW. O órgão de gestão “ecodyfi” transformou-se numa empresa social que apoia a revitalização sustentável da comunidade do vale de Dyfi.»

Andy Rowland, Gestor/Trefnydd, ecodyfi
andy.rowland@ecodyfi.org.uk
www.ecodyfi.org.uk

GRÉCIA

Exploração de um campo geotérmico na baía de Salónica**Custo total:** 75 600 euros**Contribuição da UE:** 37 800 euros

«Desde a era greco-romana que se sabe que a zona a leste da cidade de Salónica é rica em potencial geotérmico. Contudo, nos tempos modernos esta energia nunca foi realmente explorada. No quadro do projecto SEIPLD foi elaborado um plano para usar o campo geotérmico como instrumento de desenvolvimento económico local. A utilização da energia geotérmica para aquecimento de edifícios públicos, aquecimento do solo em plantações abertas e em estufas e aquecimento de termas recreativas foi realizada com êxito. Foi desenvolvido um projecto-piloto para aquecer por via geotérmica uma piscina olímpica no município de Thermi. Este projecto-piloto permitirá uma economia de 200 tep/ano, uma redução das emissões de CO₂ de 420 toneladas/ano e criará empregos e oportunidades de recreio para a comunidade local.»

Kostas Konstantinou,
 Director Técnico da Agência Regional da Energia da
 Macedónia Central (AREMC) ANATOLIKI S.A.
reacm@anatoliki.gr

AUSTRIA

«Energievision Murau»: 100 % energia de fontes renováveis até 2015**Custo total:** 200 000 euros**Contribuição da UE:** 100 000 euros

«O projecto “Energievision Murau”, realizado na Estíria, assenta numa abordagem da base para o topo que envolve todos os intervenientes regionais no domínio da energia, incluindo os consumidores. No âmbito do projecto foram organizadas conferências em que toda a gente pode intervir. Os participantes são oriundos de todos os sectores da sociedade (responsáveis pelo planeamento, instaladores, PME, fornecedores e distribuidores de energia, fornecedores de aquecimento urbano à base de biomassa, silvicultores e agricultores, municípios e outras autoridades públicas, etc.) e cooperam em torno de objectivos, de uma estratégia e de projectos comuns. As acções-piloto e os projectos de investimento foram planificados em vários dos grupos de trabalho temáticos, a saber, biomassa, solar, electricidade verde e eficiência energética. Desde 2002 a quota de fontes renováveis no sector do aquecimento aumentou de 47 % para 56 %, representando a produção de electricidade verde 120 % das necessidades. O projecto permitiu a criação de muitos postos de trabalho e um aumento dos rendimentos na zona.»

Josef Bärnthaler,
 Energieagentur Judenburg-Knittelfeld-Murau
josef.baerenthaler@eao.st

URBACT

SUDESTE – Desenvolvimento sustentável das cidades marítimas**Custo total:** 296 000 euros**Contribuição da UE:** 150 000 euros

«A parceria transnacional SUDESTE trabalhou de Outubro de 2005 a Julho de 2007 a fim de identificar boas práticas para o desenvolvimento sustentável das cidades marítimas. Envolveu a participação de um vasto conjunto de intervenientes que se debruçaram sobre todos os aspectos da questão, desde a gestão dos portos até ao desenvolvimento das zonas portuárias e suas envolventes. Além da cidade de Nápoles, líder do projecto, participaram na parceria SUDESTE quatro cidades da UE e duas de países terceiros, uma autoridade portuária, uma sociedade de regeneração urbana e quatro universidades. O relatório final do projecto, para além de apresentar um resumo do trabalho realizado, constitui igualmente um instrumento útil de ajuda às cidades marítimas para encontrarem soluções adequadas para o desenvolvimento sustentável.»

Gaetano Mollura, Coordenador da Unidade de Projectos do programa URBACT, Município de Nápoles, Itália
urban@comune.napoli.it
www.urbact.eu/sudest

Programa Operacional da Polónia «Infra-estruturas e ambiente 2007-2013»

Aumentar a atracção da Polónia e das suas regiões



Jaroslaw Orlinski, Director Adjunto, Departamento de Coordenação dos Programas de Infra-estruturas, Ministério do Desenvolvimento Regional, Polónia

O Programa Operacional da Polónia «Infra-estruturas e ambiente 2007-2013» é o maior instrumento de sempre da Política de Coesão na União Europeia. Não só absorve uma parte considerável do Fundo de Coesão atribuído à Polónia (mais de 22 mil milhões de euros), mas inclui ainda outros fundos importantes do FEDER (5,7 mil milhões de euros).

Mais de 66 % dos recursos do Programa Operacional (PO) foram afectados à realização dos objectivos da «Estratégia de Lisboa» para o crescimento e emprego. A maior parte dos fundos remanescentes foi orientada para medidas ambientais. Com tal concentração de recursos é provável que o PO venha a ter um impacto significativo não apenas na Polónia, mas igualmente em toda a Europa.

O programa contribuirá para investimentos em infra-estruturas em 6 sectores: ambiente, transportes, energia, ensino superior, cultura e saúde. O seu objectivo principal é *«aumentar a atracção da Polónia e das suas regiões para o investimento através do desenvolvimento de infra-estruturas tecnológicas, mantendo ao mesmo tempo a protecção e a melhoria do ambiente, da saúde e do património cultural e o desenvolvimento da coesão territorial»*.

Embora o programa tenha um âmbito muito vasto, não deixa de ser focalizado: todas as prioridades têm metas claramente definidas e concentram-se nas actividades com maior valor acrescentado. São igualmente complementares, uma vez que partilham um objectivo económico comum: aumentar a atracção do investimento. No entanto, este objectivo comum exige uma abordagem global, visto que só por si o desenvolvimento das infra-estruturas de transportes seria insuficiente se as infra-estruturas ambientais e a oferta de energia não acompanhassem o desenvolvimento. Para que o crescimento económico seja sustentável, os aspectos ambientais têm de ser um dos objectivos horizontais do PO desde o início.

Tal como se indica na parte estratégica do Programa Operacional «Infra-estruturas e ambiente 2007-2013», o princípio do desenvolvimento sustentável será aplicado através do apoio a investimentos directa e indirectamente relacionados com a protecção do ambiente:

- as iniciativas directamente relacionadas com o ambiente incluirão projectos relativos à gestão dos resíduos sólidos e das águas usadas e à reabilitação de lixeiras; ao aumento da segurança ecológica; ao ajustamento das empresas polacas às exigências da protecção ambiental e à concessão de incentivos financeiros para medidas que excedam essas exigências; à conservação da biodiversidade e zonas protegidas; ao desenvolvimento de comportamentos sociais que contribuam para a protecção do ambiente, etc.

- as iniciativas indirectamente relacionadas com a protecção do ambiente incluirão actividades e projectos de apoio a modos de transporte amigos do ambiente, ou seja, transportes ferroviários e marítimos, transportes urbanos em áreas metropolitanas, desenvolvimento de transportes multimodais, vias de navegação interiores e sistemas de transportes inteligentes. Um eixo prioritário específico totalmente dedicado a transportes amigos do ambiente recebeu 7,6 mil milhões de euros do Fundo de Coesão. No que diz respeito ao sector energético, estão planeados projectos para melhorar e reduzir o consumo de energia, bem como para fontes de energia renováveis.

Simultaneamente, o consumo racional de energia, a eficiência energética, a energia de fontes renováveis, a redução e compensação de actividades, bem como factores como a promoção de soluções com menos emissões de carbono serão tidas em consideração de forma horizontal na preparação, avaliação e execução dos projectos no âmbito dos vários eixos prioritários.

O Programa Operacional «Infra-estruturas e ambiente 2007-2013» contribuirá para a implementação dos objectivos indicados nas políticas comunitárias, bem como nas estratégias e políticas nacionais relativas à protecção do ambiente na Polónia. Com a execução do PO é dado um passo no sentido de respeitar o «princípio da separação», isto é, separar a dependência dos níveis de emissões ou da procura de energia do desenvolvimento económico.

O Programa permitirá igualmente que a Polónia procure respeitar os objectivos de emissão de gases de estufa que foram estabelecidos pela União Europeia em 2007. Para isso serão apoiadas actividades que visam aumentar a eficiência do sector energético, promover as energias renováveis, investir em sistemas



Instalação de bombas em poços profundos na nova estação de filtragem de água em Dąbrowa, Polónia.

de transportes sustentáveis e, quando necessário, analisar a influência de determinadas actividades na redução das emissões.

Mais informações:

<http://www.pois.gov.pl>

O Leste da Inglaterra na primeira linha da sustentabilidade e das energias renováveis

A caminho de uma economia com menos emissões de carbono

O Leste de Inglaterra é uma das poucas regiões da Europa que poderá atingir as novas metas ambiciosas em termos de redução do carbono na UE que a Comissão Europeia estabeleceu no seu recente conjunto de propostas para combater as alterações climáticas e promover as energias renováveis. É igualmente a única região a ter um programa específico de baixas emissões de carbono apoiado pelo FEDER num montante de 110 milhões de euros, que ajudará a reduzir as emissões de CO₂ e a impulsionar o crescimento económico.



Comissária Danuta Hübner em visita ao local de construção do edifício OrbisEnergy, em Janeiro de 2008.

«É uma iniciativa emblemática», afirmou Richard Ellis, Presidente da Agência para o Desenvolvimento do Leste de Inglaterra (EEDA – *East of England Development Agency*), a um grupo de visitantes – que incluía a Comissária Danuta Hübner – em Janeiro último, quando lhes mostrava o local de construção do edifício OrbisEnergy. Este projecto recebeu 3,6 milhões de euros do programa do Objectivo 2 do FEDER. Admiravelmente situado em Lowestoft, no Ness Point, o ponto mais oriental da Grã-Bretanha, o OrbisEnergy vai ser o centro das energias renováveis baseadas no vento, nas ondas e nas marés de todo o Leste de Inglaterra. Erigido sobre estacas apenas a 30 metros da costa, o edifício de cinco andares oferece uma extensa vista sobre o mar. Para o proteger das severas condições climáticas, o OrbisEnergy tem um revestimento permeável a um ecrã de chuva e foi desenhado de modo a proteger os ocupantes da forte luz solar da costa. O aquecimento térmico solar reduz as flutuações da temperatura ao longo do ano e torna o edifício de cimento eficiente do ponto de vista energético e com auto-regulação.

A energia vem da caldeira de biomassa alimentada com aparas de madeira. Quando o OrbisEnergy abrir neste Verão de 2008, oferecerá espaços de escritório flexíveis, salas de reuniões e instalações para conferências para mais de 30 pequenas e médias empresas do sector em rápida expansão das energias renováveis. «O OrbisEnergy vai ser um catalisador de crescimento e desempenhar um papel vital, ajudando a regenerar as zonas de Lowestoft e Great Yarmouth», declarou Lisa Davidson, responsável pela comunicação na EEDA.

Líder do Reino Unido em energias renováveis

O Leste de Inglaterra lidera o mercado eólico *offshore* no RU. A região está situada entre duas grandes áreas de desenvolvimento de parques eólicos *offshore*: Greater Wash e o estuário do Tamisa. Para os próximos 8 anos está planeada neste local uma capacidade eólica *offshore* de mais de 6 GW. O centro destes desenvolvimentos situa-se nos portos de Lowestoft e Great Yarmouth,



Instalação de uma turbina eólica no mar.

ambos utilizados durante a construção do parque eólico *offshore* de Scroby Sands, um dos primeiros parques deste tipo de natureza comercial no RU. Scroby Sands produz energia suficiente para abastecer mais de 36 000 habitações, poupando mais de 65 000 toneladas de emissões de dióxido de carbono.

A região também pode ser considerada a «capital do gás» do RU: nos últimos 40 anos Lowestoft e Great Yarmouth têm servido os campos de gás da região meridional do mar do Norte. «*As competências e conhecimentos da indústria do gás são directamente transferíveis para a energia eólica offshore. Várias empresas regionais que operam na indústria offshore do petróleo e do gás conseguiram com êxito diversificar a sua actividade para a energia eólica offshore*», explica Richard Ellis, Presidente da EEDA.

A região, que tem a maior produção de electricidade de Inglaterra a partir de fontes renováveis, comprometeu-se a que 14 % do seu abastecimento de electricidade seja feito a partir de fontes renováveis até 2010. O projecto de plano do Leste de Inglaterra fixa o objectivo da região em termos de energias renováveis em 44 % até 2020, o que está muito acima das metas nacionais. Dos 371 MW de energia planeados para a região até 2010 a partir de projectos eólicos *offshore*, 288 MW já estão instalados ou aprovados.

Em termos futuros, calculou-se que um quarto das necessidades de electricidade do RU podiam ser satisfeitas com a energia das ondas e das marés, ambas numa fase de desenvolvimento embrionário. A região do Leste de Inglaterra investe mais meios financeiros em investigação e desenvolvimento do que qualquer outra do RU e mais do que a maior parte das outras regiões da Europa. Isto significa que a região também está em posição de oferecer serviços de apoio adequados para o sector emergente da energia renovável do mar.



3 perguntas a David Morrall

Director para a Europa e Internacional da Agência para o Desenvolvimento do Leste de Inglaterra (EEDA)

- **David Morrall, a maior parte das regiões da UE não deram tanta ênfase à economia com menos emissões de carbono. O que motivou o Leste de Inglaterra a fazê-lo?**

Há um argumento económico insuperável a favor desta agenda. A região conta com um sector empresarial vigoroso e em crescimento, centrado no desenvolvimento das energias renováveis e das tecnologias do ambiente. Estas empresas lideram o desenvolvimento de novas tecnologias e é importante basear-nos nesses conhecimentos e fazê-los crescer como parte essencial da economia da região. Além disso, o Leste de Inglaterra caracteriza-se por uma baixa altitude e está especialmente sujeito aos efeitos das alterações climáticas, por isso é absolutamente vital que o novo crescimento económico seja sustentável a longo prazo.

- **Era director para a Europa da GO-East, a autoridade de gestão do programa do Objectivo 2 para 2000-2006 do Leste de Inglaterra. Agora passou para a EEDA para desenvolver o novo programa da Competitividade para 2007-2013. Que relações pode estabelecer entre os dois programas em termos de economia com menos emissões de carbono?**

O programa do Objectivo 2 foi desenvolvido desde 1999 e o clima alterou-se desde então em todos os sentidos. É claro que se tivéssemos proposto nessa altura um programa centrado na redução das emissões de carbono teríamos tido de certeza uma recepção pouco entusiasta. Apesar disso, desde há algum tempo que reconhecemos a importância desta agenda no Leste de Inglaterra e daí o nosso investimento através do programa do Objectivo 2 em projectos como o OrbisEnergy e o nosso forte empenhamento na sustentabilidade como tema transversal deste programa. Estamos assim a começar o nosso novo programa do Objectivo da Competitividade do FEDER para 2007-2013 assente em menos emissões de carbono a partir de uma base forte, que está bastante sintonizada com o compromisso mais vasto de Lisboa, subjacente ao novo período de programação da UE.

- **A curta distância de Londres, o Leste de Inglaterra é uma região dinâmica e com um crescimento previsto muito significativo para o período até 2021. É possível conciliar este forte crescimento com as metas estabelecidas para a economia com menos emissões de carbono?**

As duas ajustam-se perfeitamente. O crescimento forte induz desafios específicos e oportunidades económicas. Através do novo programa queremos assegurar a sustentabilidade do crescimento, mas ao mesmo tempo maximizar as oportunidades económicas. Também estamos interessados em liderar a formulação de políticas nesta agenda e por isso estou determinado a assegurar que partilhamos os nossos conhecimentos e experiências do novo programa com outras regiões e parceiros em toda a Europa.

Conseguir um consenso

Vivem no Leste de Inglaterra, com uma economia em alta, impulsionada em parte pelas fortes ligações a Londres, 5,5 milhões de pessoas. Prevê-se que a região terá um crescimento económico ainda maior no período até 2021. Este aumento incluirá mais 500 000 casas, 450 000 postos de trabalho suplementares e um aumento da população para 6 milhões de habitantes. Geograficamente, o Leste de Inglaterra é especialmente vulnerável às alterações climáticas devido à sua topografia de baixa altitude, à pluviosidade anual relativamente fraca e à extensa linha de costa. É por isso essencial conseguir um crescimento económico que reconheça e tente alterar a pegada de carbono da região. O apoio a uma economia com menos emissões de carbono assegurará que o crescimento é obtido de forma desejável, sustentável e essencial para o período 2007-2013 e mesmo para além.

Entre 3 de Setembro e 26 de Novembro de 2007 foi realizada uma vasta consulta sobre o projecto de estratégia económica regional. A EEDA recebeu mais de 200 respostas escritas. Aproximadamente 270 pessoas, que representavam cerca de 180 organizações, participaram em seminários sobre esta estratégia. Foram realizadas 80 reuniões de consulta com grupos e agências de cooperação locais e regionais. A EEDA recolheu e registou todo o *feedback* durante o período de 12 semanas da consulta.

Comentando este processo, Richard Ellis refere: «*Nos próximos meses queremos apreciar as implicações dos novos dados e análises, incluindo aprofundar o exame das implicações em termos de ambiente e de acesso à habitação de diferentes níveis de crescimento económico. Trata-se de um desafio enorme, mas emocionante, para conceber um plano juntamente com parceiros que irá aumentar a produtividade da região e ajudar a lidar com as alterações climáticas, assegurando que as empresas podem aproveitar as oportunidades oferecidas por uma economia com menos emissões de carbono.*» Todas as respostas à consulta estão agora a ser analisadas e prevê-se que a versão final da estratégia económica regional será publicada no próximo Verão. À luz da Estratégia de Desenvolvimento Sustentável do RU¹, das últimas propostas da UE em termos de redução de carbono e com base nas competências regionais que existem para apoiar os desenvolvimentos neste domínio, o objectivo de atingir uma economia com menos emissões de carbono goza de um amplo apoio.

Partilhar a sustentabilidade no mar do Norte

Entre 2000 e 2007, a região do Leste de Inglaterra esteve envolvida com outras regiões do mar do Norte em dois projectos de cooperação INTERREG IIIB no domínio do desenvolvimento sustentável.

POWER (*Pushing Offshore Wind Energy Regions*) criou uma Rede de Competências do mar do Norte em matéria de energia eólica *offshore*, reunindo organizações das principais regiões envolvidas neste domínio. No projecto POWER, o Conselho do Distrito de Suffolk e os parceiros do Leste de Inglaterra colaboraram com organizações da Alemanha, Dinamarca, Países Baixos e Flandres. O projecto conseguiu uma excelente reputação e foi apresentado em muitos seminários e conferências a nível regional, nacional e europeu. Grandes êxitos para o Leste de Inglaterra foram a criação de uma forte rede internacional de empresas eólicas *offshore*, um conjunto de eventos internacionais que tiveram grande sucesso no estabelecimento de contactos entre empresas, a publicação de estudos das cadeias de abastecimento para energia eólica *offshore* e a organização do Mestrado em Energia Eólica *Offshore* na Faculdade de Lowestoft.

SmartLIFE (*Smart Lifestyle Innovations for our Environment*) foi um projecto-piloto internacional dirigido pelo Conselho do Distrito de Cambridgeshire, em parceria com o Departamento do Ambiente da Cidade de Malmö na Suécia e a empresa TuTech Innovation GmbH de Hamburgo, Alemanha. O SmartLIFE centrou-se principalmente na escassez de competências e de capacidade na indústria de construção para produzir novas habitações, ao mesmo tempo acessíveis e sustentáveis ambientalmente. O projecto criou uma série de cursos de formação e de qualificações. Os centros criados pelo SmartLIFE acolheram cerca de 2 500 estagiários. O projecto recebeu vários prémios ambientais e foi nomeado para os *Stars Awards* de 2008 da DG Regio.



A «Base de Inovação e de Empresas» em Luton.

(1) Nos termos do Acordo de Quioto, o RU tem uma obrigação internacional de reduzir as suas emissões de gases com efeito de estufa em 12,5 % no próximo período 2008-2012. Dois outros objectivos nacionais mais ambiciosos são: reduzir as emissões de dióxido de carbono em 20 % até 2010 e em cerca de 60 % até 2050, em relação aos níveis de 1990.



Empresa de armazenamento de grão pertencente a um agricultor, Camgrain, reduzirá as suas emissões de CO₂ de 1000 toneladas por ano.

Pólo do ambiente em Peterborough

Peterborough (população: 160 000 habitantes) ambiciona tornar-se a «capital do ambiente» do RU. Existem na cidade 300 empresas cuja actividade principal é o ambiente e uma série de organizações ambientais, incluindo o Centro para o Desenvolvimento Económico e Ambiental do RU. Esta concentração de empresas e de organizações ajudou a criar um pólo do ambiente que contribuiu para maiores realizações ambientais. Os membros do pólo têm origens muito diversas: organizações do sector público que dão apoio político ao governo; empresas que operam na reciclagem de resíduos; empresas que desenvolvem e utilizam tecnologias de ponta e empresas de consultoria que vendem os seus conhecimentos em todo o mundo.

O pólo emprega mais de 4 500 pessoas e representa mais de 5 % do PIB da cidade. Um centro de inovação, aberto recentemente, apoiará e fomentará o arranque de novas empresas no sector do ambiente. Foi planeado um «bairro verde» perto da estação ferroviária, que incluirá um empreendimento de escritórios com 25 000 m² e menos emissões de carbono e um centro comercial amigo do ambiente. Em Peterborough, como em Lowestoft com o centro «OrbisEnergy» ou em Luton com a «Base de Inovação e de Empresas», estes novos equipamentos apoiados pelo FEDER desempenham um papel fundamental no progresso das regiões em que estão situados. A ligação natural entre a criação de infra-estruturas e a regeneração urbana é outro aspecto fundamental da estratégia regional de desenvolvimento sustentável. «O Leste de Inglaterra em muitos aspectos lidera este domínio graças aos progressos que está a fazer para desenvolver a prosperidade da região como uma economia com menos emissões de carbono,» conclui David Morrall.

Para mais informações:
<http://www.eeda.org.uk/>

O Programa da Competitividade para o Leste de Inglaterra no âmbito do FEDER (2007-2013)

Foram atribuídos à região do Leste de Inglaterra, que compreende os distritos de Bedfordshire, Cambridgeshire, Essex, Hertfordshire, Norfolk e Suffolk, aproximadamente 110 milhões de euros no quadro do «Objectivo da Competitividade e do Emprego» da UE. O novo Programa da Competitividade para o Leste de Inglaterra no âmbito do FEDER afasta-se do anterior programa do Objectivo 2 (2000-2006), que se centrava na reestruturação económica, para reorientar os fundos do FEDER para oportunidades de crescimento sustentável em toda a região.

Os objectivos do programa são:

- Aumentar a economia do conhecimento para criar mais e melhores empregos no contexto da previsão de níveis de crescimento sem precedentes.
- Incentivar a inovação, o espírito empresarial e o crescimento da economia do conhecimento através da investigação e da inovação, incluindo novas tecnologias da informação e comunicação.
- Criar mais e melhores empregos atraindo mais pessoas para o mercado de trabalho, melhorando a adaptabilidade dos trabalhadores e das empresas e aumentando o investimento no capital humano.
- Desenvolver a agenda do crescimento reconhecendo a pegada de carbono da região e a necessidade de a estabilizar e reduzir.

Prioridades

De acordo com a temática global, o programa tem três eixos operacionais prioritários:

- 1) **Promover a inovação e a transferência de conhecimentos a fim de aumentar a produtividade** (37,3 milhões de euros) - a) Incentivar a comercialização na forte base de investigação da região, incluindo tecnologias «limpas» para aumentar a eficiência e a produtividade; b) Apoiar a absorção de tecnologias de informação que possam ajudar a inovação e a produtividade; c) Incentivar as empresas a trabalharem com instituições de ensino superior para proceder à transferência de conhecimentos.
- 2) **Estimular o empreendedorismo e apoiar as empresas de sucesso ultrapassando os obstáculos à criação e expansão de empresas** (26,6 milhões de euros) - a) Melhorar o acesso ao financiamento das empresas, especialmente as que apostam em menos emissões de carbono; b) Apoiar o desenvolvimento de empresas sociais, especialmente as que apostam em menos emissões de carbono; c) Promover a criação de novas empresas, especialmente de grupos sub-representados, por exemplo mulheres, minorias étnicas e comunidades de migrantes; d) Apoiar empresas de elevado crescimento; e) Desenvolver tecnologias limpas e áreas de energias renováveis; f) Incentivar a gestão e as práticas operacionais das empresas que reduzam a sua pegada de carbono.
- 3) **Assegurar o desenvolvimento, a produção e o consumo sustentáveis** (42,6 milhões de euros) - a) Apoiar o emprego local e o crescimento das empresas em zonas rurais e urbanas que permita uma produção com menos emissões de carbono; b) Apoiar a abordagem da redução das emissões de carbono na construção e no ordenamento físico; c) Promover uma utilização eficiente dos recursos e minimizar os resíduos.

Contacto: erdf@eeda.org.uk

«Tornar sustentável a ilha de El Hierro» – um projecto inovador para atingir a auto-suficiência energética nas ilhas Canárias



Juan Ruiz Alzola, Director do Instituto de Tecnología das Ilhas Canárias (ITC)

A ilha de El Hierro, como as outras ilhas Canárias, é totalmente dependente em termos energéticos de fontes externas. A sua electricidade é fornecida por centrais eléctricas que consomem combustíveis fósseis poluentes. Apesar de a ilha possuir recursos abundantes em termos de energia eólica, tem-se revelado difícil o aproveitamento deste enorme potencial para abastecer a ilha de energia.

É preciso ultrapassar obstáculos técnicos consideráveis antes de se poderem introduzir extensivamente as energias renováveis. Uma alternativa consiste em combinar sistemas de energia eólica com sistemas de mini-hídricas, em que a água é bombeada entre dois reservatórios com alturas diferentes utilizando a energia eólica. Quando existe procura de electricidade, a queda da água do reservatório superior movimentada as turbinas na central hidroeléctrica.

A ilha de El Hierro tem uma pequena superfície (278 km²) e os seus contrastes topográficos são profundos. As necessidades energéticas dos seus 10 500 habitantes são satisfeitas por uma central eléctrica de 12 MWh, alimentada a *diesel*. Dada a sua dimensão, o carácter montanhoso do terreno, o consumo de energia e o importante potencial de energia eólica, a ilha constitui um local ideal para um sistema de produção de electricidade hidro-eólico. No sistema proposto para El Hierro, um parque eólico produzirá electricidade que irá depois alimentar a rede da ilha para satisfazer parte das necessidades da população. Se houver excesso de energia eólica que não possa ser aproveitada pela rede de electricidade, esse excesso será utilizado para bombear água entre os reservatórios. Se o vento não tiver velocidade suficiente, a água armazenada é libertada, caindo sobre várias turbinas que produzem assim a energia eléctrica necessária. A central hidro-eólica converte uma fonte de energia intermitente em abastecimento de electricidade controlado e constante. Este processo maximiza a utilização da energia eólica e minimiza o consumo de combustíveis fósseis.

O Conselho Municipal de El Hierro, a empresa de electricidade UNELCO-ENDESA e o Governo das ilhas Canárias criaram recentemente, por intermédio do ITC, a empresa «Gorona del Viento El Hierro», que será responsável pela instalação e exploração da central hidro-eólica. Actualmente, o ITC e a UNELCO-ENDESA estão a trabalhar conjuntamente nos projectos de engenharia para construir e gerir este sistema energético. Este

projecto constitui um importante desafio tecnológico, sendo pioneiro a nível mundial. O envolvimento do Instituto para a Diversificação e Economia de Energia (IDEA) acrescenta ainda mais valor ao projecto e vai ajudar a transformar esta ideia em realidade no futuro próximo.

A central hidro-eólica (com um custo estimado de 54 milhões de euros) produzirá no total 10 MWh de electricidade, reduzindo assim o consumo anual de petróleo em 6 000 toneladas e evitando a necessidade de transportar petróleo para a ilha por barco. Além disso, haverá menos 20 000 toneladas de CO₂ lançadas para a atmosfera todos os anos.

O projecto intitulado «El Hierro: 100 % energia renovável» é co-financiado pelo Fundo Europeu de Desenvolvimento Regional, coordenado pelo ITC e contará com o envolvimento do Conselho Municipal de El Hierro e cinco outras organizações europeias. Será realizado um estudo sobre as estratégias para a ilha atingir a auto-suficiência energética total, bem como a possibilidade de transferir este ambicioso projecto para outras ilhas na Europa e noutras partes do mundo. As estratégias incluem uma maior sensibilização para as questões relacionadas com a economia de energia e o aumento da utilização de outras fontes de energia renovável (como a energia térmica e a energia solar fotovoltaica) ou a utilização de vários tipos de biomassa e de resíduos orgânicos produzidos na ilha. Este projecto de energia renovável transformará a ilha de El Hierro em líder mundial na aplicação de sistemas de auto-suficiência energética baseados em fontes limpas e renováveis, contribuindo assim para impulsionar o desenvolvimento económico e social compatível com a preservação do ambiente.

Para mais informações:
itc@itccanarias.org



Visão geral do sistema.

INTERREG IIIA ESPANHA/PORTUGAL

Apoio ao sector da cortiça



Custo total: 2 106 435 euros
Contribuição da UE: 1 579 827 euros

«A cortiça é um recurso fundamental para o equilíbrio ambiental e territorial das serras de São Mamede e São Pedro, uma zona de 8 500 km² situada a sudeste da Península Ibérica e que confina com as regiões do Alentejo e da Estremadura. Nesta zona poderão desaparecer mais de 120 pequenas empresas se perderem o seu mercado tradicional: produção de rolhas de cortiça para o vinho. Para enfrentar esta ameaça, o projecto de cooperação transfronteiriça “Cortiça” permitiu um melhor conhecimento do sector, da zona e do mercado. Além disso, foram realizadas acções de promoção, foi apoiada a cooperação entre produtores e foi prestada assistência técnica para a gestão das empresas. Esta abordagem culminou com a elaboração de um plano estratégico e a criação de um “cluster de cortiça” na Estremadura planeado para 2008.»

Fátima Cano, Responsável pelo projecto, ASECOR
fcano@asecor.com

INTERREG IIIA Irlanda/Irlanda do Norte

«Sinais vitais»: sensibilização das crianças em idade escolar para o ambiente



Custo total: 532 140 euros
Contribuição da UE: 399 105 euros

«Sinais vitais foi um projecto de cooperação realizado em 2005-2006 e que desenvolveu programas informáticos para a tecnologia pda e um sítio *web* ligado ao GIS com uma base que inclui dados sobre o clima, sobre a qualidade da água, sobre as características das correntes e sobre os *habitats* das bacias hidrográficas dos rios Blackwater, Foyle e Melvin, que se situam na fronteira entre a Irlanda do Norte e a República da Irlanda. As crianças das escolas faziam todos os meses um registo perto da sua escola e os dados eram posteriormente introduzidos na base de dados do sítio *web*. As crianças tinham oportunidade de comparar os seus dados com os dados de outras escolas na bacia do seu rio. Excursões conjuntas no terreno promoveram laços entre comunidades e maior apropriação dos recursos locais. O projecto incentivou uma maior sensibilização das crianças para o ambiente e introduziu novas tecnologias nas escolas e comunidades rurais isoladas.»

Gretta McCarron, Líder do projecto
blackwatervitalsigns@yahoo.ie
www.vitalsignsireland.org

INTERREG IIIC Este

Conversão de um aterro já encerrado



Custo total: 4 500 000 euros
Contribuição da UE: 3 240 000 euros

«O projecto de cooperação do modelo integrado de gestão de resíduos urbanos (IUWMM — *Integrated Urban Waste Management Model*) envolveu a participação de 14 autoridades regionais e locais que partilharam boas práticas no domínio da gestão de resíduos. Um dos casos estudados foi um antigo aterro já encerrado, situado a sul da cidade de Leipzig (população: 500 000 habitantes). No passado foram ali depositados cerca de 3,8 milhões de m³ de resíduos. O aterro não cumpria a regulamentação europeia em matéria de ambiente, especialmente no que se refere à protecção das águas subterrâneas e às emissões de gases. O primeiro passo foi investigar os riscos para o ambiente. A seguir foi planeada a recuperação do aterro, tendo em vista minimizar a quantidade de lixiviados que escorriam dele e utilizando-o como espaço de lazer; finalmente a produção de energia a partir dos gases de aterro e energia solar. Posteriormente o aterro foi coberto com um sistema de selagem (26 ha) e mais tarde cultivado.»

Frank Richter, Serviço de Limpeza de Leipzig,
Empresa Municipal de Leipzig
FRichter@SRLeipzig.de

INTERREG IIIB Mar Báltico

Adaptação às alterações climáticas na região do mar Báltico



Custo total: 2 246 822 euros
Contribuição da UE: 1 399 616 euros

«A adaptação às alterações climáticas tem um papel muito importante no desenvolvimento territorial sustentável. “Para uma adaptação às alterações climáticas na região do mar Báltico” é o último resultado dos projectos de adaptação às alterações climáticas a nível do mar Báltico (“SEAREG” e “ASTRA”), que foram realizados sob a direcção dos Serviços Geológicos da Finlândia em cooperação com várias autoridades locais e regionais e institutos de investigação. Esta cooperação interdisciplinar deu frutos e permitiu que cidades como Espoo na Finlândia e Gdansk na Polónia incluíssem a adaptação às alterações climáticas no planeamento da futura afectação dos solos.»

Philipp Schmidt-Thomé,
Serviços Geológicos da Finlândia (GTK)
philipp.schmidt-thome@gtk.fi
www.astra-project.org

«Ao Serviço das Regiões – A política regional da UE para 2007-2013»

A nova brochura «Ao Serviço das Regiões. A política regional da UE para 2007-2013» está disponível em todas as línguas comunitárias. Esta publicação de 36 páginas explica como funciona a política regional e como são dados apoios, por exemplo, aos transportes, à inovação e ao desenvolvimento do ambiente e urbano nas regiões e cidades da Europa. A cooperação entre regiões, a avaliação de programas, bem como as exigências em matéria de auditoria, controlo e publicidade são outros aspectos tratados nesta publicação. Alguns dados revelam os montantes (dos fundos da UE) que irão ser gastos nos próximos anos nos 27 Estados-Membros da UE e em quê.

http://ec.europa.eu/regional_policy/sources/docgener/presenta/pres_en.htm

